

EPIDEMIA DA GUERRA

ERIC HOBSBAWM

Na falta de uma autoridade global efetiva, conflitos armados no final do século 20 embaralharam a distinção entre combatentes e não-combatentes e fizeram dos civis as principais vítimas

O século 20 foi o mais assassino na história registrada. O número total de mortes causadas por ou associadas a suas guerras foi estimado em 187 milhões, o equivalente a mais de 10% da população mundial em 1913. Entendido como tendo se iniciado em 1914, foi um século de guerra quase ininterrupta, com poucos e breves períodos sem conflito armado organizado em algum lugar. Foi dominado por guerras mundiais: quer dizer, por guerras entre Estados territoriais ou alianças de Estados.

O período de 1914 a 1945 pode ser visto como uma única "guerra de 30 anos" interrompida por uma pausa nos anos 20 - entre a retirada final dos japoneses do Extremo Oriente soviético, em 1922, e o ataque à Manchúria, em 1931. A isso se seguiram, quase imediatamente, cerca de 40 anos de Guerra Fria, que se adequaram à definição de Hobbes da guerra consistindo "não apenas de batalhas ou do ato de lutar mas de um período de tempo no qual a vontade de travar batalhas é suficientemente conhecida".

É um tema a ser debatido o quanto as ações em que as Forças Armadas norte-americanas têm estado envolvidas desde o fim da Guerra Fria em várias partes do globo constituem uma continuação da era de guerra mundial. Não pode haver dúvida, no entanto, de que os anos 90 foram recheados de conflitos militares formais e informais na Europa, na África e na Ásia Ocidental e na Central. O mundo como um todo não tem estado em paz desde 1914 e não está em paz agora.

Apesar disso, o século não pode ser tratado como um bloco único, seja cronológica, seja geograficamente. Cronologicamente, ele se distribui em três períodos: a era de guerras mundiais centrada na Alemanha (1914 a 1945), a era de confronto entre as duas

superpotências (1945 a 1989) e a era desde o fim do sistema de poder internacional clássico. Eu chamarei esses períodos de 1, 2 e 3. Geograficamente, o impacto das operações militares tem sido desigual. Com uma exceção (a Guerra do Chaco, que opôs Paraguai e Bolívia entre 1932 e 1935 pela posse de campos petrolíferos no sopé dos Andes), não houve guerras entre Estados significantes (em oposição a guerras civis) no hemisfério Ocidental (as Américas) no último século.

Operações militares inimigas quase não tocaram esses territórios: daí o choque com os ataques ao World Trade Center e ao Pentágono em 11 de setembro. Desde 1945 as guerras entre Estados também desapareceram da Europa, que tinha sido até então o principal campo de batalha. Apesar de no período 3 a guerra ter retornado ao sudeste da Europa, parece bastante improvável que ocorra no resto do continente.

Em contrapartida, durante o período 2, guerras entre Estados, não necessariamente desconectadas do confronto global, permaneceram endêmicas ao Oriente Médio e ao sul da Ásia, e guerras maiores diretamente resultantes do confronto global aconteceram no leste e no sudeste da Ásia (Coréia, Indochina).

Ao mesmo tempo, áreas como a África subsaariana, que haviam sido comparativamente não afetadas pela guerra no período 1 (com exceção da Etiópia, sujeita a uma conquista colonial atrasada por parte da Itália em 1935-36), vieram a ser palco de conflitos armados no período 2 e testemunharam enormes cenas de massacre e sofrimento no período 3. Outras duas características da guerra no século 20 se destacam, a primeira menos obviamente do que a segunda. No início do século 21 nos encontramos em um mundo em que operações armadas não mais estão essencialmente nas mãos de governos ou de seus agentes autorizados e no qual os partidos em disputa não têm características, status ou objetivos comuns, exceto a disposição para usar a violência. Guerras entre Estados dominaram tanto a imagem da guerra durante os períodos 1 e 2 que guerras civis ou outros conflitos armados dentro dos territórios de Estados ou impérios existentes foram de alguma forma obscurecidos.

Mesmo guerras civis no território russo após a Revolução de Outubro, em 1917, e aquelas que ocorreram após o colapso do império chinês poderiam ser encaixadas na moldura dos conflitos internacionais, na medida em que foram inseparáveis deles.

Por outro lado, a América Latina pode não ter visto Exércitos cruzando fronteiras de Estados no século 20, mas foi cenário de grandes conflitos civis: no México depois de 1911, por exemplo, na Colômbia desde 1948 e em vários países da América Central durante o período 2. Geralmente não se reconhece que o número de guerras internacionais declinou de forma razoavelmente contínua desde meados dos anos 60, quando conflitos internos se tornaram mais comuns do que aqueles disputados entre Estados. O número de conflitos dentro de fronteiras nacionais continuou a subir de maneira íngreme até se nivelar nos anos 90. Mais familiar é a erosão da distinção entre combatentes e não-combatentes. As duas guerras mundiais da primeira metade do século envolveram toda a população dos países beligerantes; tanto combatentes quanto não-combatentes sofreram.

Ao longo do século, entretanto, o ônus da guerra passou cada vez mais das Forças Armadas para os civis, que não eram apenas suas vítimas, mas cada vez mais o objeto de operações militares ou militares-políticas. O contraste entre a Primeira Guerra Mundial e a Segunda é dramático: apenas 5% dos que morreram na Primeira Guerra eram civis; na Segunda Guerra esse número subiu para 66%. É geralmente suposto que de 80% a 90% daqueles afetados por guerras hoje sejam civis. A proporção aumentou desde o fim da Guerra Fria porque a maioria das operações militares desde então tem sido conduzida não por Exércitos conscritos, mas por grupos bem pequenos de tropas regulares ou irregulares, em muitos casos operando armas de alta tecnologia e protegidos contra a possibilidade de receber baixas. Por mais que seja verdade que o armamento de alta tecnologia tenha tornado possível em alguns casos restabelecer uma distinção entre alvos civis e militares e, portanto, entre combatentes e não-combatentes, não há razão para duvidar de que as principais vítimas da guerra continuarão a ser civis.

E, mais, o sofrimento de civis não é proporcional à escala ou à intensidade das operações militares. Em termos estritamente militares, a guerra de duas semanas entre a Índia e o Paquistão por causa da independência de Bangladesh em 1971 foi um caso modesto, mas ela produziu 10 milhões de refugiados. As lutas entre unidades armadas na África nos anos 90 dificilmente envolveram mais do que alguns milhares, em sua maioria mal armados, de combatentes e, apesar disso, produziram, em seu ápice, quase 7 milhões de refugiados -um número muito maior do que em qualquer momento da Guerra Fria, quando o continente foi cenário de guerras protocolares entre as superpotências. Esse fenômeno não se restringe a áreas pobres e remotas.

De certo modo os efeitos da guerra na vida civil são ampliados pela globalização e pela crescente confiança do mundo em um fluxo constante, ininterrupto, de comunicações, serviços técnicos, entregas e suprimentos. Mesmo uma interrupção comparativamente breve desse fluxo - por exemplo, os poucos dias de espaço aéreo fechado nos EUA após 11 de setembro - pode ter efeitos consideráveis, talvez duradouros, sobre a economia global. Seria mais fácil escrever sobre o tema da guerra e da paz no século 20 se a diferença entre as duas tivesse permanecido tão clara quanto teria sido no início do século, nos dias em que as Convenções de Haia de 1899 e 1907 codificavam as regras da guerra.

Conflitos deveriam acontecer primariamente entre Estados soberanos ou, se ocorressem dentro do território de um Estado em particular, entre partidos suficientemente organizados para que fosse aceito o status de beligerância por parte de outros Estados soberanos. A guerra deveria ser agudamente distinta da paz, por uma declaração de guerra em uma ponta e um tratado de paz na outra. Operações militares deveriam distinguir claramente entre combatentes - identificados pelos uniformes que usassem ou por outros sinais que indicassem pertencer a uma força armada organizada - e civis não-combatentes. A guerra deveria ser entre combatentes. Não-combatentes deveriam, tanto quanto possível, ser protegidos em época de guerra. Sempre se entendeu

que essas convenções não cobriam todos os conflitos armados civis e internacionais, e notadamente não cobriam aqueles que surgiam da expansão imperial de Estados ocidentais em regiões que não se encontrassem sob a jurisdição de Estados soberanos internacionalmente reconhecidos, ainda que alguns desses (mas de maneira nenhuma todos) conflitos fossem conhecidos como "guerras". Não cobriam também grandes rebeliões contra Estados estabelecidos, como o assim chamado Motim Indiano [em 1857, tropas indianas que faziam parte do Exército britânico se rebelaram contra a Grã-Bretanha]; nem a recorrente atividade armada em regiões além do controle efetivo dos Estados ou autoridades imperiais que nominalmente as regiam, como os ataques e feudos de sangue nas montanhas do Afeganistão ou no Marrocos. Mesmo assim, as Convenções de Haia ainda serviam como guias na Primeira Guerra Mundial.

Ao longo do século 20, a relativa clareza foi substituída por confusão. Primeiro, a linha entre conflitos entre Estados e conflitos dentro de Estados -isto é, entre guerras internacionais e civis- se tornou nebulosa, porque o século 20 foi caracteristicamente um século não apenas de guerras mas também de revoluções e esfacelamentos de impérios. Revoluções ou lutas por libertação dentro de um Estado tinham implicações para a situação internacional, particularmente durante a Guerra Fria. Inversamente, após a Revolução Russa, intervenções por parte de Estados em assuntos internos de outros Estados -os quais os primeiros desaprovavam- se tornaram comuns, ao menos onde pareciam comparativamente isentas de riscos.

Legado desafortunado

Segundo, a clara distinção entre guerra e paz se obscureceu. Exceto aqui e ali, a Segunda Guerra Mundial não começou com declarações de guerra nem terminou com tratados de paz. Ela foi seguida por um período tão difícil de classificar tanto como guerra quanto como paz nos sentidos conhecidos que o neologismo "Guerra Fria" teve de ser inventado para descrevê-lo. A mera

obscuridade da posição desde a Guerra Fria pode ser ilustrada pelo atual estado das coisas no Oriente Médio.

Nem "guerra" nem "paz" descrevem exatamente a situação no Iraque desde o fim formal da Guerra do Golfo -o país ainda é bombardeado quase que diariamente por potências estrangeiras- ou as relações entre palestinos e israelenses ou aquelas entre Israel e seus vizinhos Líbano e Síria. Tudo isso é um desafortunado legado das guerras mundiais do século 20 mas também da poderosa e crescente máquina de propaganda de massa da guerra e de um período de confronto entre ideologias incompatíveis e carregadas de paixão, que trouxeram às guerras um elemento cruzadista comparável àquele visto em conflitos religiosos do passado. Esses conflitos, diferentemente das guerras tradicionais do sistema de poder internacional, foram cada vez mais travados com fins não-negociáveis como "rendição incondicional".

Como ambas as guerras e vitórias foram vistas como totais, todas as limitações na capacidade de vencer de um beligerante, que poderiam ser impostas pelas convenções de guerra aceitas dos séculos 18 e 19 - até mesmo declarações formais de guerra - , foram rejeitadas. Assim como o foram todas as limitações do poder dos vencedores de impor a sua vontade. A experiência havia mostrado que acordos alcançados em tratados de paz podiam ser facilmente quebrados.

Nos anos recentes a situação se complicou ainda mais devido à tendência de usar publicamente o termo "guerra" para se referir à disposição de forças organizadas contra várias atividades nacionais e internacionais vistas como anti-sociais -a "guerra contra a máfia", por exemplo, ou a "guerra contra os cartéis de droga". Não é apenas muito diferente a luta para controlar ou até mesmo eliminar tais organizações ou redes, incluindo grupos terroristas de pequena escala, das grandes operações de guerra: também se confundem as ações de dois tipos de força armada. Uma força -vamos chamá-la de "soldados"- é dirigida contra outras forças armadas com o objetivo de derrotá-las. A outra - vamos chamá-la de "polícia"- deve manter ou restabelecer o grau

de lei e ordem públicas dentro de uma entidade política existente, tipicamente um Estado. A vitória, fato que não necessariamente possui uma conotação moral, é o objetivo de uma força; trazer à Justiça violadores da lei, fato que possui uma conotação moral, é o objetivo da outra.

Tal distinção, entretanto, é mais fácil de traçar em teoria do que na prática. Homicídio por parte de um soldado em batalha não é, em si, uma quebra da lei. Mas e se um membro do IRA (Exército Republicano Irlandês) se vê como um beligerante, mesmo que um oficial da lei do Reino Unido o veja como um assassino? As operações na Irlanda do Norte foram uma guerra, como o afirmava o IRA, ou uma tentativa de manter um governo ordenado diante de violadores das leis em uma Província do Reino Unido? Uma vez que não apenas uma formidável força policial local mas também um Exército nacional foram mobilizados contra o IRA por cerca de 30 anos, podemos concluir que era uma guerra, mas uma guerra sistematicamente gerida como uma operação policial, de modo a minimizar as baixas e o estilhaçamento da vida na Província. Ao fim, houve um acordo negociado; acordo que, tipicamente, até agora não trouxe paz, mas meramente uma extensa ausência de luta. Tais são as complexidades e confusões das relações entre guerra e paz no início do novo século. Elas são bem ilustradas pelas operações -militares e outras- em que os EUA e seus aliados estão engajados atualmente. Há agora, como houve por todo o século 20, a completa ausência de toda autoridade global efetiva capaz de controlar ou resolver disputas armadas. A globalização avançou em quase todos os aspectos -economicamente, tecnologicamente, culturalmente, até linguisticamente-, exceto um: política e militarmente, os Estados territoriais se mantêm como as únicas autoridades efetivas. Há oficialmente cerca de 200 Estados, mas na prática apenas uns poucos contam, dos quais os EUA são avassaladoramente os mais poderosos. Entretanto nenhum Estado ou império jamais foi grande, rico ou poderoso o suficiente para manter a hegemonia sobre o mundo político, ainda mais para estabelecer supremacia política e militar sobre o globo. O mundo é muito grande,

complicado e plural. Nada indica que os EUA, ou qualquer outra possível potência de Estado único, possam estabelecer controle duradouro, mesmo que quisessem. Uma única superpotência não pode compensar a ausência de autoridades globais, especialmente dada a ausência de convenções -relativas ao desarmamento internacional, por exemplo, ou ao controle de armas- fortes o suficiente para que os grandes Estados se comprometam com elas voluntariamente. Algumas de tais autoridades existem, notadamente as Nações Unidas, vários organismos técnicos e financeiros, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, e alguns tribunais internacionais. Mas nenhuma delas tem poderes efetivos além daqueles que lhes foram concedidos por acordos entre Estados ou graças ao suporte de Estados poderosos ou voluntariamente aceitos por Estados.

Conflitos armados entre países se tornaram mais sérios e podem continuar por décadas sem nenhuma perspectiva séria de vitória ou acordo: Caxemira, Angola, Sri Lanka, Tchetchênia, Colômbia

Por mais que se possa lamentar, nada indica que isso vá mudar no futuro previsível. Uma vez que apenas Estados detêm poder real, o risco é que as instituições internacionais sejam pouco efetivas ou que a elas falte legitimidade universal quando tentarem lidar com violações como "crimes de guerra". Mesmo quando cortes mundiais são estabelecidas por consenso geral (por exemplo, o Tribunal Penal Internacional instituído pelo Estatuto de Roma das Nações Unidas em 17 de julho de 1998), seus julgamentos não serão necessariamente aceitos como legítimos e compulsórios enquanto os grandes Estados tiverem a possibilidade de desconsiderá-los. Um consórcio de Estados poderosos pode ser suficientemente forte para garantir que alguns violadores de Estados mais fracos sejam trazidos a esses tribunais, talvez reprimindo a crueldade de conflitos armados em certas áreas. Esse é um exemplo, entretanto, do exercício de poder e influência tradicional no sistema de Estados internacional,

não um exercício de direito internacional (1). Há, entretanto, uma grande diferença entre o século 21 e o 20: a idéia de que a guerra acontece em um mundo dividido em áreas territoriais sob a autoridade de governos efetivos que possuem o monopólio dos meios de poder e de coerção públicos deixou de se aplicar. Ela nunca se aplicou a países que passavam por revoluções ou a fragmentos de impérios desintegrados, mas até recentemente a maioria dos novos governos revolucionários ou pós-coloniais - a China entre 1911 e 1949 é a principal exceção- emergiu com razoável rapidez na forma de regimes ou Estados sucessores mais ou menos organizados e funcionais. Nos últimos 30 anos, entretanto, o Estado territorial tem, por várias razões, perdido seu monopólio tradicional da força armada, muito de sua prévia estabilidade e de seu poder e, cada vez mais, de seu sentimento fundamental de legitimidade ou pelo menos de permanência aceita, aquilo que permite aos governos impor ônus como impostos ou alistamento a cidadãos propensos. O equipamento material para a guerra agora está amplamente disponível a pessoas físicas assim como os meios de financiamento de guerras não-estatais. Desse modo, o equilíbrio entre organizações estatais e não-estatais mudou. Conflitos armados entre países se tornaram mais sérios e podem continuar por décadas sem nenhuma perspectiva séria de vitória ou acordo: Caxemira, Angola, Sri Lanka, Tchetchênia, Colômbia. Em casos extremos, como em partes da África, o Estado pode ter virtualmente cessado de existir; ou pode, como na Colômbia, não mais exercer poder sobre parte de seu território. Mesmo em países fortes e estáveis tem sido difícil eliminar pequenos grupos armados não-oficiais, como o IRA na Grã-Bretanha e o ETA (grupo separatista basco) na Espanha. A novidade nessa situação é indicada pelo fato de que o mais poderoso Estado do planeta, tendo sofrido um atentado terrorista, se sente obrigado a lançar uma operação formal contra uma organização ou rede pequena, internacional e não-governamental que não possui nem território nem um Exército reconhecível.

Equilíbrio em xeque

Como essas mudanças afetam o equilíbrio entre guerra e paz no século que se inicia? Eu preferiria não fazer previsões sobre as guerras mais prováveis de acontecer ou seus possíveis resultados. Entretanto tanto a estrutura dos conflitos armados quanto os métodos de resolução dos conflitos foram profundamente mudados pela transformação no sistema mundial de Estados soberanos.

A dissolução da União Soviética significa que o sistema do Grande Poder que governou as relações internacionais por quase dois séculos e, com óbvias exceções, exerceu algum controle sobre conflitos entre Estados não existe mais. Seu desaparecimento removeu uma grande restrição sobre a guerra entre Estados e sobre a intervenção armada nos assuntos de outros Estados -fronteiras territoriais estrangeiras foram bastante respeitadas pelas Forças Armadas durante a Guerra Fria. O sistema internacional era de fato potencialmente instável, mas como resultado da multiplicação de Estados pequenos, às vezes bastante fracos, que mesmo assim eram oficialmente membros "soberanos" das Nações Unidas. A desintegração da União Soviética e dos regimes comunistas europeus simplesmente aumentou a instabilidade. Tendências separatistas de força variável em Estados-nação até então estáveis, como a Grã-Bretanha, a Espanha, a Bélgica e a Itália, podem muito bem aumentá-la. Ao mesmo tempo, o número de atores privados no cenário mundial se multiplicou. Sob essas circunstâncias, não é surpreendente que guerras através de fronteiras e intervenções armadas tenham crescido desde o fim da Guerra Fria.

Que mecanismos existem para controlar e resolver tais conflitos? O registro não é promissor. Nenhum dos conflitos armados dos anos 90 terminou com um acordo estável. A sobrevivência de instituições, pressupostos e retórica da Guerra Fria manteve vivas velhas suspeitas, exacerbando a desintegração pós-comunista do sudeste da Europa e tornando mais difíceis acordos na região

previamente conhecida como Iugoslávia. nEsses pressupostos da Guerra Fria, tanto no nível ideológico quanto no nível do poder político, terão de ser dispensados se quisermos desenvolver alguns meios de controlar conflitos armados.

O equilíbrio entre guerra e paz no século 21 não dependerá de arquitetar mecanismos mais eficientes para negociação e resolução, mas, sim, de estabilidade interna e de se conseguir que sejam evitados conflitos militares

É também evidente que os EUA falharam, e vão falhar inevitavelmente, em impor uma nova ordem mundial (de qualquer gênero) por meio de força unilateral, não importa o quanto as relações de poder pendam em sua direção no presente e, mesmo que sejam apoiados por uma (inevitavelmente efêmera) aliança. O sistema internacional permanecerá multilateral e sua regulação dependerá da habilidade de diversas grandes unidades em concordar umas com as outras, mesmo que um desses Estados desfrute de predominância militar. O quanto a ação militar internacional tomada pelos EUA depende de acordo negociado com outros Estados já está claro. Também está claro que a resolução política de guerras, mesmo aquelas nas quais os EUA estão envolvidos, será por meio de negociação, e não por imposição unilateral. A era das guerras terminando em rendição incondicional não retornará no futuro previsível.

Gerenciamento improvisado

O papel dos organismos internacionais existentes, notadamente as Nações Unidas, deve ser repensado. Sempre presentes, e normalmente requisitados, eles não têm um papel definido na resolução de disputas. Sua estratégia e sua operação estão sempre à mercê de poderes políticos que mudam. A ausência de um intermediário internacional considerado genuinamente neutro e capaz de tomar uma atitude sem ser anteriormente autorizado pelo Conselho de Segurança tem sido a lacuna mais óbvia no sistema de gerenciamento de disputas. Desde o fim da Guerra

Fria o gerenciamento da paz e da guerra tem sido improvisado. No melhor dos casos, como nos Bálcãs, conflitos armados foram detidos por intervenção armada externa, e o status quo ao final das hostilidades foi mantido por Exércitos de terceiros. Esse tipo de intervenção de longo prazo tem sido aplicado por muitos anos por fortes Estados individuais em suas esferas de influência (a Síria no Líbano, por exemplo).

Como forma de ação coletiva, entretanto, foi usado apenas pelos EUA e seus aliados (às vezes sob os auspícios das Nações Unidas, às vezes não). O resultado até agora tem sido insatisfatório para todas as partes. Ele compromete os interventores a manter tropas indefinidamente e a um custo desproporcional em áreas nas quais eles não têm nenhum interesse particular e das quais eles não obtêm nenhum benefício. Tornam-se dependentes da passividade da população ocupada, que não pode ser garantida -se há resistência armada, pequenas forças de "mantenedores da paz" armados têm de ser substituídas por forças muito maiores. Países pobres e fracos podem se ressentir desse tipo de intervenção como sendo uma lembrança dos dias de colônia e protetorado, especialmente quando muito da economia local vai para as necessidades parasitárias das forças de ocupação. Permanece incerto se um modelo geral para futuro controle de conflitos armados poderá emergir de tais intervenções. O equilíbrio entre guerra e paz no século 21 não dependerá de arquitetar mecanismos mais eficientes para negociação e resolução, mas, sim, de estabilidade interna e de se conseguir que sejam evitados conflitos militares. Com poucas exceções, é menos provável que as rivalidades entre Estados que os levaram a conflitos armados no passado sejam capazes de fazê-lo hoje. Há, por exemplo, comparativamente poucas disputas entre governos a respeito de fronteiras internacionais. Em contrapartida, conflitos internos podem facilmente se tornar violentos: o perigo principal da guerra jaz no envolvimento de Estados ou atores militares externos nesses conflitos. Estados com economias florescentes, estáveis e com uma distribuição de bens relativamente equânime entre seus habitantes tendem a ser

menos titubeantes -social e politicamente- que aqueles que são pobres, altamente inequânimes e economicamente instáveis. Um aumento dramático em iniquidade econômica e social dentro dos países, assim como entre eles, reduz as chances de paz. O controle da violência armada interna depende ainda mais imediatamente, entretanto, dos poderes e da atuação efetiva de governos nacionais e de sua legitimidade aos olhos da maioria dos habitantes. Nenhum governo hoje pode dar de barato a existência de uma população civil desarmada ou o grau de ordem pública há muito familiar em grandes partes da Europa. Nenhum governo hoje está em posição de ignorar ou eliminar minorias armadas internas. Ainda assim o mundo é cada vez mais dividido, de um lado, em Estados efetivamente capazes de administrar seus territórios e cidadãos -mesmo quando confrontados, como foi o caso do Reino Unido, por décadas de ação armada por parte de um inimigo interno- e, de outro lado, em um número crescente de territórios assediados por fronteiras internacionais oficialmente reconhecidas, com governos nacionais variando de fracos e corruptos a inexistentes. Essas zonas produzem sangrentas lutas internas e conflitos internacionais, como os que vimos na África Central. Entretanto não há perspectiva imediata para melhorias duradouras em tais regiões, e um maior enfraquecimento de governos centralizados em países instáveis ou uma maior balcanização do mapa mundial indubitavelmente aumentariam o perigo de conflito armado. Uma tentativa de previsão: a guerra no século 21 tende a não ser tão assassina quanto no século 20. Mas a violência armada, criando sofrimento e perdas desproporcionais, permanecerá onipresente e endêmica -e ocasionalmente epidêmica- em grande parte do mundo. A perspectiva de um século de paz é remota.

A meia-vida do nazismo e do stalinismo

O historiador Robert Conquest disse certa vez que, apesar de condenar as atrocidades soviéticas, ele "sente" que o Holocausto nazista foi pior do que os crimes do stalinismo. Muitas pessoas

concordam com ele, mesmo reconhecendo a natureza hedionda dos crimes comunistas: grandes setores da população relegados à fome por motivos políticos, limpeza étnica, dezenas de milhares de assassinatos judiciais, as mortes em massa na rede de campos de trabalho forçado. Outros observadores negam que os crimes nazistas tenham sido mais hediondos que os stalinistas e afirmam que o fato de o nazismo ter sido alvo de mais censura se deve à perspectiva peculiar dos intelectuais ocidentais, alguns dos quais eram marxistas de longa data e alguns dos quais eram judeus. Não pretendo discutir neste momento qual experiência foi, de fato, mais atroz. Em lugar disso, estou interessado na questão de saber qual experiência permaneceu mais indelevelmente impressa na memória, tanto a histórica quanto a pessoal. Procuro sugerir essa diferença com o uso dos termos "memória quente" e "memória fria".

Legado menos definido

Existem razões poderosas pelas quais a memória do nazismo seja considerada quente, comparada à que se tem do comunismo. O regime nacional-socialista precisou de uma guerra terrível para ser derrubado. Os Estados comunistas não iniciaram uma guerra mundial (apesar de terem sido coniventes com conflitos locais, como a Guerra da Coréia) e sobreviveram até chegar a uma fase mais branda, algo que Vaclav Havel [escritor e presidente da República Tcheca] qualificou como "pós-totalitarismo". Instalado na Hungria pelos soviéticos para acabar com a revolta de 1956, János Kádár pôde introduzir uma era mais suave, a do chamado "comunismo "gulash"". Era inevitável que essa fase do pós-totalitarismo deixasse um legado histórico menos definido. Os historiadores continuam a trazer à tona exemplos da crueldade comunista. No entanto, a cada vez que isso acontece, depois de um ou dois anos o ultraje moral esfria, pelo menos fora dos limites da Europa Oriental. Já o Holocausto, pelo contrário, vem ganhando cada vez mais significado como elemento da memória coletiva do Ocidente.

Discutimos a construção de memoriais e museus do Holocausto, mas raramente chegamos nem sequer a considerar a hipótese de erguer monumentos em memória das vítimas do stalinismo. Peregrinos e turistas visitam Auschwitz e Dachau, mas não Vorkuta ou Katyn. Professores universitários ainda podem pendurar retratos de Marx e Lênin em suas salas de trabalho, mas os de Hitler ou Himmler, não. A indignação anticomunista se manteve forte por alguns anos após 1989. A impressão que se tinha era que as contínuas revelações da cumplicidade de alguns indivíduos com a Stasi [polícia secreta da ex-Alemanha Oriental], o processo de purificação tcheco -que impediu determinados comunistas de ocupar cargos públicos na nova democracia tcheca- e as disputas eleitorais fossem preservar a memória do comunismo como força maligna.

Destinos distintos

Mas esses sentimentos de ultraje foram se enfraquecendo com o tempo. Os partidos políticos pós-comunistas, como o Partido Social-Democrata (SPD) alemão ou os partidos ditos "socialistas" da Polônia, Hungria e Romênia continuam sendo concorrentes tolerados, enquanto o Partido da Liberdade austríaco, de Jörg Haider, ou a Frente Nacional britânica ainda suscitam reações de horror de seus adversários. A pergunta permanece: por que o arquipélago Gulag não exerceu o mesmo impacto visceral que o Holocausto nazista? Uma explicação possível é que aqueles que sofreram às mãos do nazismo não são os mesmos que sofreram sob o comunismo. Os alemães ocuparam a Europa Ocidental e a Oriental, mas os soviéticos impuseram seu regime apenas à Rússia e à Europa do leste. Judeus e não-judeus viveram destinos distintos. Ademais, o alvo dos nazistas era uma comunidade de vítimas muito mais "orgânica". O Holocausto não foi uma simples limpeza étnica, não foi apenas o terror estocástico do stalinismo, o deslocamento insensato de tártaros da Criméia para o interior nem mesmo a morte pela fome de boa parte da população da Ucrânia. O terror stalinista era estocástico -ou seja, um atroz jogo de

adivinhação-, porque ninguém podia prever quem seria o próximo a ser "desmascarado" e exposto como conspirador ou destruidor. Já o terror nazista golpeava suas vítimas de acordo com suas características perceptíveis, sobretudo segundo sua origem étnica já assinalada de longa data, no caso dos judeus. O terror estocástico possui meia-vida mais curta; o terror com alvo determinado deixa memórias quentes. Outro fator a ser levado em conta é o problema da cumplicidade. É claro que a cumplicidade também é um tema que faz parte da história do comunismo. Mas, no período do chamado pós-totalitarismo, esse tipo de cumplicidade já não custava às vítimas suas vidas. O passado nazista, por outro lado, leva todo o mundo a indagar: "Como eu teria agido?". A pergunta que sempre ressurgue em nossos museus do Holocausto, nossas visitas a antigos campos de concentração, nossa contemplação da trilha ferroviária no Gruenewald Bahnhof, não é "será que eu teria sido nazista?", mas "será que eu teria tido a coragem de dizer àqueles que vinham fazer uma prisão 'deixe-os tranquilos, o que vocês estão fazendo é maldade'?". Creio que a maioria de nós teme que nossa resposta teria sido "não". A memória quente é aquela que concerne a muitos de nós -não porque sejamos maus, mas porque nossa coragem é limitada.

Sentimento de vergonha

O passado comunista não envolveu um exame de consciência tão doloroso. Poucos ex-comunistas evidenciam grande sentimento de vergonha pelo que fizeram. Mas o caráter central e sempre presente do anti-semitismo levou ao surgimento de profundos sentimentos de vergonha. A memória do nazismo na Alemanha, creio eu, passou a construir-se basicamente em torno da consciência da cumplicidade, e deixou filhos e netos envergonhados, embora não culpados.

A vergonha também está presente nos Estados ex-comunistas. A amplamente difundida colaboração com a Stasi não poderia deixar de contribuir para a vergonha. Mas a vergonha diante de tal cumplicidade tem estado restrita àqueles que de fato colaboraram.

Aqueles que não colaboraram não sentem a necessidade de confessar a si mesmos que poderiam facilmente tê-lo feito. Afinal, eles viveram sob o regime, foram testados e não se deixaram corromper. Assim, a "memória" do fascismo nos pede para pensarmos não sobre se teríamos sido fascistas, mas se teríamos sido antifascistas, e a resposta, com frequência, é um "não" que nos inquieta. O comunismo fez a seus circunstantes uma pergunta menos dolorosa, e a maioria deles tem menos vergonha com que conviver.

Nota

1. Esse também é o caso, por definição, em que Estados individuais aceitam as leis humanitárias internacionais e unilateralmente assumem o direito de aplicá-las a cidadãos de outros países em seus tribunais nacionais -como, notadamente, as cortes espanholas fizeram no caso do general Pinochet.

Este texto foi publicado no "London Review of Books".
Tradução de Victor Aiello Tsu.

Saiba quem é Eric Hobsbawm

Um dos mais importantes historiadores e intelectuais de esquerda vivos, é professor emérito da Universidade de Londres e da New School of Social Research, em Nova York (EUA). Nascido em Alexandria (Egito) em 1917, estudou em Viena, Berlim, Londres e Cambridge. A obra de Eric Hobsbawm tem por base o esforço de recontar, com enfoque marxista, a trajetória do Ocidente moderno, da queda do Antigo Regime à do Muro de Berlim, empreitada que resultou na tetralogia: "A Era das Revoluções", "A Era do Capital", "A Era dos Impérios" (ed. Paz e Terra) e "A Era dos Extremos" (Companhia das Letras). A ênfase na luta de classes também guiou Hobsbawm em estudos originais sobre fenômenos como o banditismo, o jazz e o nacionalismo. Em seus livros mais recentes, ganha espaço a preocupação com os rumos da história -como experiência social e disciplina- na atualidade, tema de "O Novo Século" e "Sobre História" (ambos pela Cia. das Letras).